



Para pensar o direito à cidade no tempo presente: Da urbanização planetária à cartografia das utopias

Autores:

Felipe Taumaturgo Rodrigues de Azevedo - PUC-Rio - felipetaumaturgo2@hotmail.com

Thayná Cagnin Maia - UFRRJ - Instituto Multidisciplinar - thaynacagnin16@hotmail.com

Resumo:

Este trabalho propõe algumas reflexões a partir de questões relativas ao espaço urbano enquanto manancial de convicções e alternativas revolucionárias para a classe trabalhadora, que reivindicam o direito à cidade e a produção do espaço, mesmo em contexto de urbanização planetária que dissolve e deteriora cada vez mais os traços cotidianos de cooperação e horizontalidade. Pensar o espaço urbano no período atual exige um rigor analítico dotado de especificidades que constituem essa época. As inovações do ponto de vista tecnológico, a ação das organizações transnacionais e sua intimidade com o Estado, o desmonte do Estado de bem-estar social e o amadurecimento (ou não) dos movimentos sociais que reivindicam a cidade enquanto plataforma para a construção de utopias, são só alguns dos elementos quase intuitivos que incrementam as novas problemáticas urbanas.

PARA PENSAR O DIREITO À CIDADE NO TEMPO PRESENTE

Da urbanização planetária à cartografia das utopias

INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe algumas reflexões a partir de questões relativas ao espaço urbano enquanto manancial de convicções e alternativas revolucionárias para a classe trabalhadora, que reivindicam o direito à cidade e a produção do espaço, mesmo em contexto de urbanização planetária que dissolve e deteriora cada vez mais os traços cotidianos de cooperação e horizontalidade. Essa perspectiva de análise propõe a imbricação de uma leitura interpretativa sobre as temáticas propostas, mas busca apresentar exemplos concretos e factuais das especificidades que caracterizam e animam a vida urbana no tempo presente, como a urbanização planetária, a metropolização do espaço e a construção de utopias.

Pode-se questionar: quais são as possibilidades de introdução da discussão da urbanização planetária nos estudos urbanos do tempo presente? Como promover um arcabouço teórico consistente entre a perspectiva marxista adotada por David Harvey e Henri Lefebvre, posicionados geograficamente em contextos extremamente distintos da realidade brasileira e carioca? Será possível construir uma perspectiva da produção do espaço protagonizada por sujeitos distantes dos que se manifestam unos pela razão demiúrgica? Existe de fato uma negligência dos estudos urbanos em relação à visibilidade de outros agentes na produção do espaço? Quais os encaminhamentos proferidos pelos movimentos sociais urbanos para a edificação de respostas à natureza tecnocrática e estatal na produção do espaço?

As referências principais que direcionam nossas reflexões e contribuem para um arcabouço teórico que ousa se manifestar articulado e vigoroso sobre a concepção metodológica do pensamento dialético em Lefebvre, a questão da urbanização planetária, a queixa pelo direito à cidade, a crítica à razão instrumental e demiúrgica e uma produção cada vez mais necessária do espaço protagonizado pela classe trabalhadora, além do diálogo com a exemplificação dos movimentos populares urbanos do Rio de Janeiro, se fundamentam principalmente em Sandra Lencioni (2015), Henri Lefebvre (2004, 2008, 2011, 2013), David Harvey (2012, 2014), Neil Brenner (2013), Glauco Bruce Rodrigues e Marcelo Lopes de Souza

(2004), Paula Miranda (2017), Tatiana Tramontani Ramos (2012), Mariana Fernandes Moreira (2013), entre outros autores.

Este trabalho é organizado em três partes principais: a primeira visa discutir a importância do pensamento dialético em Lefebvre, aberto, em busca de tensões e contradições, tendo o conflito enquanto caminho analítico para reconhecer e analisar de maneira crítica a urbanização generalizada em caráter planetário; a segunda sugere uma atualização do direito à cidade como potencialidade analítica dos estudos urbanos no tempo presente, mediante as resistências às ações de agentes hegemônicos em período de mundialização da vida urbana e novos traços dos movimentos sociais urbanos; a terceira denuncia a razão demiúrgica no processo de produção do espaço e reconhece a negligência dos estudos urbanos em relação à visibilidade e contribuição teórica para possibilidades efetivas do protagonismo de agentes não-hegemônicos na produção e planejamento da cidade, além de apresentar as ações de alguns movimentos sociais urbanos do Rio de Janeiro na tentativa de exercício do direito à cidade e da produção do espaço.

A TOTALIDADE EM LEFEBVRE E O PENSAMENTO EM MOVIMENTO: CAMINHOS PARA UMA URBANIZAÇÃO PLANETÁRIA

Se a simultaneidade dos eventos transforma o estudo do espaço na grande obsessão teórica do tempo presente, o espaço urbano manifesta-se enquanto caracterização mais fidedigna do desenrolar da vida na sociedade, o que modifica a leitura sobre o urbano, já que o que se dava na qualidade de um espaço de disputas, hoje já se configura como interesse em disputa (BRENNER, 2013). Essa vereda analítica se fundamenta e dialoga com as contribuições marxistas na obra de Henri Lefebvre e seu interesse por uma teoria do espaço mediante o aparato teórico-metodológico do pensamento dialético.

Pensar o espaço urbano no período atual exige um rigor analítico dotado de especificidades que constituem essa época. As inovações do ponto de vista tecnológico, a ação das organizações transnacionais e sua intimidade com o Estado, o desmonte do Estado de bem-estar social e o amadurecimento (ou não) dos movimentos sociais que reivindicam a cidade enquanto plataforma para a construção de utopias, são só alguns dos elementos quase intuitivos que incrementam as novas problemáticas urbanas.

Henri Lefebvre, em *Espaço e Política* (2008, p. 36), sinaliza a importância de uma preocupação interdisciplinar com a questão espacial, sobretudo a partir da necessidade de contextualização do espaço em sua totalidade, não necessariamente relacionado apenas à abordagem dos arquitetos e urbanistas. Essa perspectiva teórica adotada por Lefebvre nos possibilita, mesmo que décadas depois dos primeiros escritos do autor, reconhecer algumas

questões extremamente palatáveis ao período atual, principalmente por conta do processo de generalização da vida urbana que tem se manifestado em caráter planetário.

A noção de totalidade em Lefebvre é exposta por Sandra Lencioni no texto *Totalidad y tríadas: comprendiendo el pensamiento de Lefebvre* (2015) onde a autora promove uma pequena síntese do pensamento do autor e destaca, entre outras questões, uma possível divisão proposta por Lefebvre em uma totalidade fechada e uma totalidade aberta e em constante movimento, caminho necessário para o preenchimento do arcabouço teórico desenvolvido pelo autor para compreender a universalidade da vida urbana em escala local e global.

Para Lencioni (p. 50), a totalidade fechada em Lefebvre corresponderia tanto a sua concepção única, acabada em si mesma, quanto a possibilidade de conter diversas outras totalidades fechadas em sua interioridade. Essa perspectiva fechada é representada pela autora com o exemplo de vários círculos, onde cada um é independente e exterior ao outro. Já a totalidade aberta e em movimento é elucidada por Lencioni (p. 50) a partir do exemplo de uma espiral, que se desloca integrada a outras totalidades, e anima o pensamento dialético que fundamenta a abordagem marxista adotada por Lefebvre.

A possibilidade de construção de uma leitura dos estudos urbanos que se edifica de maneira aberta, absolutamente integrada e relacional, amparada por um vigor teórico que se apoia em uma totalidade móvel, fluida e que reconhece a existência de inúmeras outras totalidades foi o que proporcionou a Lefebvre a garantia de discussão sobre a urbanização planetária já nos anos 70 (LENCIONI, 2015, p. 62).

Em entrevista ao jornal *Le Monde Diplomatique* no ano de 1989, Lefebvre destaca alguns paradoxos para as transformações vivenciadas pelo urbano, esse já dotado de agentes processuais que se reproduzem no espaço da cidade que é cada vez mais aberto a intervenções de ordem hegemônica e que parte de sentidos globais, metanarrativos, à ordem do cotidiano, micronarrativas. Nesse sentido, entende-se a crítica à cidade moderna como crítica à vida cotidiana do mundo atual. (LEFEBVRE, 2004 [1989])

O primeiro paradoxo proposto pelo autor aponta para as novas formas urbanas que se espalharam por boa parte dos países centrais e representou o crescimento exponencial de diversas cidades, significando uma degradação cada vez maior das relações sociais, extremamente menosprezadas pela emergência de novas relações produtivas mediadas pelo advento de um aparato técnico ainda mais desenvolvido, que não só forjava novas formas de organização da produção e do trabalho, mas que se reverberava também para uma nova produção do espaço da cidade.

A segunda constatação enunciada por Lefebvre começa a expor uma possibilidade concreta de teorização sobre a urbanização já a nível planetário, ao entender que o fenômeno

urbano é transformado de maneira vertical e há um concreto desmantelamento das práticas espaciais e da produção do espaço a partir da ordem do concebido e do vivido.

Essa leitura também permite uma observação pertinente sobre as relações centro e periferia, já que o autor destaca esse par analítico de maneira oposta e complementar, produto de questões históricas e exposto não só pela perspectiva urbana, mas também nas relações Norte-Sul do planeta.

A partir das reflexões propostas por Henri Lefebvre (2004 [1989]) no contexto da construção dessa “dialética específica das relações sociais” que é a relação centro-periferia, o autor chega a alguns questionamentos sobre o processo de planetarização do urbano e sua matriz constitutiva. Para o autor, não se sabe ao certo se a questão da planetarização se configura enquanto novas formas que se manifestam em caráter mundial e chegam ao urbano, ou se poderia ser interpretada como possibilidade de um modelo gradual, estendido de maneira mais vagarosa por todo o planeta. Nesse sentido, ainda expõe a hipótese de que pensar o urbano difundido em caráter planetário poderia se pautar em uma imbricação indissociável e contraditória entre o urbano e o mundial, ao caracterizar uma relação dialética de preenchimento e transformação entre ambos.

O terceiro paradoxo exposto pelo autor sinaliza uma angústia incessante de Lefebvre em relação aos estudos urbanos, já que denuncia a generalização dos trabalhos sobre a problemática urbana a partir do enfoque da racionalidade dos tecnocratas, de maneira instrumental. Essa questão se torna ainda mais latente quando o autor enuncia o urbano enquanto possibilidade concreta de construção para uma nova sociedade, já que as principais reivindicações, manifestações e protestos se concebem no espaço da cidade.

Ainda na entrevista, Henri Lefebvre (2004 [1989]) finaliza suas pontuações sobre os paradoxos para os estudos urbanos ao sinalizar algumas ameaças sobre o urbano, que em sua maioria já estavam presentes na maior parte da obra do autor, mas que ganham novos ingredientes a partir do advento de objetos cada vez mais tecnológicos e da complexificação das relações sociais de produção.

As ameaças propostas pelo autor se manifestam pelas já debatidas dependência à burocracia, à institucionalidade, ao Estado e novamente pela razão instrumental dos tecnocratas e arquitetos, tidos enquanto protagonistas do processo de produção do espaço. Além dessas primeiras, Lefebvre (2004 [1989]) retoma a questão da planetarização do urbano, acrescentando elementos de uma famosa tríade amplamente discutida pelo autor e que se apoia também na crítica proveniente da teoria marxista, que é a homogeneização – fragmentação - hierarquização, agora alinhada a profusão da vida urbana por todo o planeta de maneira homogênea, mas que se fragmenta a partir do momento em que os espaços da cidade perdem cada vez mais sua semântica de uso e, dentro de uma lógica de mercado,

ganham mais sentido quando são vendidos e comprados em caráter hierárquico e especulativo.

Compreender a construção de um modelo homogêneo da vida urbana, difundido por todo o planeta, nos parece um caminho extremamente promissor dentro da perspectiva que procura-se adotar nesse trabalho, principalmente quando tentamos trazer alguns exemplos concretos desse processo, ligados aos megaeventos esportivos e o alastramento substancial de elementos urbanísticos adotados pelos países que sediaram esses eventos, a verticalização de decisões político-administrativas que partiram de uma ordem global para uma ordem local, perpassando por um alinhamento extremamente harmonioso do capital privado e do Estado e suas consequências aos grupos sociais diretamente afetados por esse modelo.

O DIREITO À CIDADE: ENTRE A *TRANSDUÇÃO* E A *UTOPIA EXPERIMENTAL*

O conceito de “direito à cidade”, também proposto por Henri Lefebvre na obra homônima e tão discutido desde os anos 60 na França, absorveu novas características em tempos de urbanização planetária e profusão de um imaginário metropolitano em ordenamento mundial. Hoje não se deve discutir o direito à cidade apenas em um contexto de contestação da vida tediosa, enfadonha e mergulhada na sociedade de consumo dirigido que envolvia a França dos anos 60, mas deve-se reconhecer novíssimos componentes que animam o urbano no tempo presente.

David Harvey no livro *Cidades Rebeldes* (2014) propõe novos questionamentos para os debates urbanos a partir do pensamento de Henri Lefebvre. No próprio prefácio da obra já há grandes referências ao aporte teórico do autor francês, no qual Harvey rediscute algumas pontuações da história intelectual de Lefebvre e aponta novas perspectivas investigativas para a cidade na época atual.

Em um primeiro momento Harvey (2014) retoma as idealizações lefebvrianas da obra *O direito à cidade* (2001) e sinaliza que naquele período da história a reivindicação desse direito se manifestava a partir da queixa pelo desenrolar de uma vida cotidiana devastada e dolorosa que se alastrava pelas cidades francesas, principalmente a Paris daquele tempo, vista por Lefebvre (2008) enquanto representação espacial mais fiel do que o autor intitulava neocapitalismo. Outro ponto fundamental apresentado por David Harvey em relação às postulações teóricas do direito à cidade em Lefebvre, remetiam à exigência por uma vida cotidiana cada vez menos alienada, mais divertida, que valorizasse o conflito, o enfrentamento, e fosse capaz de construir futuros possíveis.

No entanto, o autor avança nesse debate e reconhece a existência de uma nova semântica para o direito à cidade a partir dos movimentos sociais urbanos mediante à atuação cada vez mais predatória das políticas econômicas neoliberais desde o início dos anos 90.

Harvey utiliza alguns exemplos¹ de lutas urbanas para evidenciar que existe um processo em curso de construção de novas possibilidades reivindicatórias enquanto alternativas às agressões hegemônicas à vida cotidiana.

Neil Brenner no artigo *Tesis sobre la urbanización planetária* (2013) afirma algumas pontuações que caracterizam a transformação da metrópole nesse espaço revolucionário de mobilizações insurgentes e, baseado na leitura de Hardt e Negri (2009), compara o espaço da cidade atual, evidentemente embebido de particularidades provenientes do traço mundializado² do capitalismo, com a fábrica no período industrial. Cotejo interessante em uma reflexão também abordada por Harvey (2014), embora o autor não chegue a comparar a cidade atual com a indústria do passado, e sinalize o espaço urbano como concretude extremamente repleta de especialidades que tornam as pautas reivindicadas na cidade atual mais complexas do que a indústria, o que sugere inclusive uma atualização do termo *proletariado* para o que Harvey denomina *precariado urbano*.

Para Harvey (2014), as aproximações entre os movimentos sociais urbanos e o pensamento de Lefebvre se consolidam na matriz de sua existência, localizada nas ruas e bairros de cidades que se defrontam com grandes problemas para o desenrolar da vida urbana, o que evidencia a busca pelo direito à cidade enquanto nascituro distante de um ambiente puramente acadêmico, mas também apoiado por ele. Essa inclusive é a resolução destacada por David Harvey para a importância das contribuições de Henri Lefebvre no período atual. O geógrafo inglês valoriza a metodologia dialética de Lefebvre enquanto inspiração para a construção de respostas às queixas e exigências presentes no direito à cidade.

Dentro da própria leitura de Lefebvre (2001) é perceptível a admissão do movimento dialético enquanto porta de entrada do conhecimento científico e seu diálogo com as lutas urbanas. Metodologicamente as formulações para o direito à cidade são empregadas a partir de uma robustez analítica que reside na transformação do pensamento e da busca por tensões, nesse sentido o autor propõe alguns mecanismos imprescindíveis para a compreensão intelectual dos processos derramados na vida urbana.

Em um primeiro momento, o autor destaca a *transdução* e a *utopia experimental* como completude para a carência de caracterizações de método nos estudos urbanos, evidenciando a transformação da sua ótica analítica dada a urgência de novas perspectivas teóricas para a

¹A criação do Estatuto das Cidades no Brasil e do Fórum Social dos Estados Unidos – esse tendo clara inspiração nos movimentos populares brasileiros - são lembrados por Harvey (2014) enquanto representações das transformações das ações dos movimentos sociais urbanos que não têm exatamente clara relação com a conceituação do direito à cidade proveniente da abordagem de Lefebvre, mas que evidentemente se configuram na qualidade de futuros possíveis e alternativas insurgentes para as problemáticas urbanas, portanto, análogos à crítica lefebvriana.

² Ver Chesnais (1996)

cidade. Nesse sentido o autor ressalta a primeira elaboração enquanto possibilidade diferenciada em relação aos quase sempre expostos métodos de indução e dedução, principalmente pela incompletude necessária presente na transdução, que deixa algumas brechas para a introdução de um outro panorama possível. Em linhas gerais:

É uma operação intelectual que pode ser realizada metodicamente e que difere da indução e da dedução clássicas e também da construção de “modelos”, da simulação, do simples enunciado das hipóteses. A transdução elabora e constrói um objeto teórico, um objeto possível, e isto a partir de informações que incidem sobre a realidade, bem como a partir de uma problemática levantada por essa realidade. A transdução pressupõe uma realimentação (feedback) incessante entre o contexto conceitual utilizado e as observações empíricas. Sua teoria (metodologia) formaliza certas operações mentais espontâneas do urbanista, do arquiteto, do sociólogo, do político, do filósofo. Ela introduz o rigor na invenção e no conhecimento da utopia. (LEFEBVRE, 2001, p. 111)

Já a utopia experimental remete a um processo de leitura da cidade que valoriza a generalização da utopia enquanto perspectiva metodológica, reconhecendo a necessidade de uma abordagem sobre o urbano que se estabeleça a partir das inscrições das próprias espacialidades enquanto formalizações de um outro lugar na cidade, lugar esse que ainda não existe.

Para Lefebvre, todos os agentes do espaço urbano - com exceção dos “práticos estreitamente especializados que trabalham sobre encomenda” (2001, p. 110) - são utópicos, mesmo alguns tecnocratas, sujeitos dotados de insensibilidade e frieza (nunca neutralidade) no processo de produção do espaço, exercem sua natureza utópica. Nesse sentido o autor adiciona possíveis aberturas de se reconhecer a utopia a partir de um viés científico dotado de vigor teórico e rigor analítico e propõe alguns questionamentos fundamentais:

A utopia deve ser considerada experimentalmente, estudando-se na prática suas implicações e consequências. Estas podem surpreender, quais são, quais serão os locais que socialmente terão sucesso? Como detectá-los? Segundo que critérios? Quais tempos, quais ritmos de vida cotidiana se inscrevem, se escrevem, se prescrevem nesses espaços “bem sucedidos”, isto é, nesses espaços favoráveis à felicidade? É isso que interessa. (LEFEBVRE, 2001, p. 110)

Compreender os prognósticos de uma concepção metodológica que consiga efetivamente associar as contribuições dos estudos urbanos com a dimensão do real, promovendo uma análise imbricada e retroalimentada no par teórico-prático nos parece a melhor trilha para desvendar a peleja da vida cotidiana na cidade.

A transdução alinhada a utopia experimental enunciadas por Henri Lefebvre são possibilidades instrumentais de articulação de perspectivas a partir do reconhecimento dos limites da abordagem do direito à cidade enquanto mera renovação da vida urbana. Bem como escreveu Lefebvre, sendo também lembrado por Harvey, o direito à cidade se aprimora

em um sentido necessariamente mais abrangente, chegando à urgência pelo direito à produção do espaço.

DA CRÍTICA À RAZÃO DEMIÚRGICA À PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO

Desde a obra clássica de Henri Lefebvre (2013) a questão da produção do espaço tem se manifestado enquanto um dos principais incômodos das problemáticas relativas ao urbano. Diversos autores pontuaram possibilidades de entendimento dos agentes do processo de construção e produção do espaço urbano, estabelecendo diferenças efetivas entre as intencionalidades desses grupos sociais.

No entanto, se propusermos uma análise histórica dos trabalhos que se debruçaram sobre essa temática, será perceptível reconhecer uma quantidade considerável de bibliografias que, mesmo reconhecendo a existência e o papel fundamental de grupos sociais subalternizados, deslocaram suas análises para o protagonismo de agentes hegemônicos nesse processo. Acredita-se que o setor imobiliário, os proprietários fundiários e o Estado, por conta da sua representatividade burocrático-institucional e de seu poderio econômico, quase que intuitivamente recebem um olhar muito mais atencioso por parte dos cientistas sociais que se pretendem compreender a produção do espaço urbano.

Essa perspectiva de produção do espaço necessariamente realizada pelos arquitetos, urbanistas e tecnocratas, amparada por interesses hegemônicos, sempre foi criticada por Henri Lefebvre e remete a uma compreensão reducionista do planejamento da cidade e das possibilidades efetivas de intervenção por parte de outros grupos sociais.

O problema dessa questão é que além da própria dificuldade de os grupos excluídos conseguirem atuação expressiva perante o Estado e os capitalistas, aparentemente existe uma grande confusão ou negligência dos estudos urbanos para reconhecer táticas de resistência e novos ordenamentos provenientes da classe trabalhadora. Nesse sentido, a partir da inspiração lefebvriana, construímos nossa “crítica à razão demiúrgica”, que não se direciona apenas à própria produção do espaço, mas também aos estudos urbanos. É preciso produzir uma abordagem ampliada para a compreensão ainda que parcial da produção do espaço.

Essa ótica viabilizaria a exposição de contradições do espaço e o entendimento de que diversos elementos do urbano auxiliam o processo de segregação e captura da classe trabalhadora, muito embora, contraditoriamente, também apresente instrumentos para subversão e a produção de novas perspectivas para os grupos subalternizados da cidade. A partir dessa reflexão, Lefebvre (2008, p. 39) expõe a distinção necessária entre partir de um “ponto de vista de classe” ou chegar até ele, já que nesse segundo enfoque não se rejeita totalmente o saber existente e os elementos que dão sentido à vida urbana se mantêm,

embora extremamente transformados por uma leitura revolucionária da realidade. Nas palavras do autor:

Se há um ponto de vista de classe, é impossível metodologicamente partir dele, é preciso chegar a ele. Partir do “ponto de vista de classe” e pressupô-lo, à maneira de um sistema oposto ao sistema existente, é rejeitar o saber existente como integrante do sistema e construir um outro “sistema” sobre a recusa desse saber, e, não obstante, utilizando seus elementos, seus fragmentos, sua terminologia, suas palavras e conceitos. Aqui há um dilema: se estamos encarcerados num certo sistema, nossas palavras e nossos conceitos fazem parte dele. O projeto de quebrá-lo teórica e praticamente é vão. Se houvesse um tal sistema, tão forte, tão pregnante quanto alguns o supõem, o protesto e a contestação não teriam nenhum sentido. (LEFEBVRE, 2008, p. 39)

Chegar a um ponto de vista de classe como propõe Lefebvre, se apoia na perspectiva metodológica da teoria marxista, que parte de traços dominantes para as diferenças, dos conflitos fundamentais para os conflitos secundários (LEFEBVRE, 2008, p. 147), tendo as relações sociais de produção no capitalismo, a dominação e a exploração, como pano de fundo de todo e qualquer conflito que se inscreva no espaço.

Promover uma análise do urbano que tenha no rebatimento de classe uma matriz imprescindível nos parece uma trilha interessante para expor as contradições incrustadas na cidade, o que só pode ser realizado pela introdução da classe trabalhadora nos debates urbanos enquanto sujeitos de sua própria história. A determinação dessa perspectiva de classe só se torna possível em uma interpretação cuidadosa da realidade urbana, que identifique o protagonismo dos movimentos populares enquanto verdadeiros produtores e planejadores do espaço urbano.

No livro *Planejamento urbano e ativismos sociais* (2004) de Glauco Bruce Rodrigues e Marcelo Lopes de Souza, os autores caracterizam pontos significativos e didáticos acerca dos debates sobre o planejamento urbano e a sua condição quase sempre *conservadora*, seja gerida pelo Estado ou pelo setor privado, ou pela imbricação de ambos. Os autores também propõem posicionamentos mediante a necessidade da construção de um planejamento totalmente outro, conduzido pela classe trabalhadora.

Entre outras questões inscritas pelos autores, há uma que encaminha nossas discussões e enriquece as problemáticas que procuramos debater aqui: seria a *falta de planejamento* a grande motivação para as dificuldades encontradas no espaço urbano? A precarização do acesso à moradia, a imobilidade urbana, a segregação sócio-espacial, entre outras infinitas questões que permeiam a cidade denotam uma possível ausência de planejamento?

Segundo os autores, não, essa questão não pode e nem deve ser justificada dessa maneira, porque nesse contexto subentende-se que “se houvesse planejamento, todos os problemas estariam resolvidos” (RODRIGUES e SOUZA, 2004, p. 9). Para eles, a forma que se planeja e ordena o espaço reside em escolhas, e elas podem estar representadas através da participação do Estado enquanto provedor dos interesses da classe dominante, de maneira *conservadora*, como foi o caso da (famosa) Reforma Passos no Rio de Janeiro, que representou a remoção de milhares de moradias das pessoas mais pobres do Rio de Janeiro no início do século XX, ou a partir do Projeto Porto Maravilha, com a construção de grandes empreendimentos imobiliários no contexto de requalificação do espaço da Zona Portuária do Rio de Janeiro durante o período em que a cidade absorveu o ofício de Cidade Olímpica.

Como proposição teórico-prática, os autores sinalizam a possibilidade de construção de um planejamento urbano um pouco mais distante do maniqueísmo estatal, ao promover a atuação de outros agentes como também “planejadores” da cidade, de modo *não conservador*. Nesse sentido, chamam atenção para o protagonismo de alguns grupos, como as associações de moradores, os grupos de hip-hop ou os movimentos populares de luta pela moradia.

Nosso enfoque tem o último grupo citado como diálogo mais sólido, principalmente os movimentos sociais urbanos que reivindicam a moradia enquanto direito no Rio de Janeiro, grupos geralmente afetados pelas escolhas conservadoras do planejamento urbano e da razão demiúrgica dos tecnocratas na cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A UTOPIA NO QUILOMBO DA GAMBOA

Desde as obras para os Jogos Pan-Americanos de 2007 a cidade do Rio de Janeiro vem sendo um local cada vez mais exposto a intervenções urbanísticas, o que se intensificou com as obras para a Copa do Mundo FIFA 2014 e principalmente para os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016, além de alguns outros eventos de menor porte, como a Rio+20 em 2012 e a Jornada Mundial da Juventude em 2013.

É perceptível que essas transformações do espaço da metrópole carioca representaram diversos problemas para os sujeitos mais pobres que residem na cidade e no estado do Rio de Janeiro, sobretudo os moradores das partes centrais da cidade, impactados pelo projeto de refuncionalização da Zona Portuária do Rio de Janeiro.

A principal motivação para discussão proposta nesse momento do trabalho se materializa com a Ocupação Quilombo das Guerreiras, uma ocupação de sem teto que se localizava na Avenida Francisco Bicalho, parte central da cidade e bem próxima ao Porto do Rio de Janeiro, espaço que se tornou cada vez mais disputado por grandes setores imobiliários

desde que a cidade foi escolhida como uma das sedes da Copa do Mundo da FIFA de 2014 e sede dos Jogos Olímpicos Mundiais de 2016 (RAMOS, 2012).

Em linhas gerais, a íntima relação entre os interesses do Estado e do capital privado³ se desenrolaram em um violento despejo sofrido pela Quilombo das Guerreiras em 2013, o qual, por conta da especulação imobiliária e do encarecimento do solo urbano, obrigou muitos moradores a deixar a Área Central e procurar o subúrbio, a Zona Oeste e a Baixada Fluminense, espaços mais afastados dos seus possíveis trabalhos.

Nesse ensejo 70 famílias foram realocadas no Projeto de Moradia Social Quilombo da Gamboa⁴, um projeto de produção autogestionária de moradias⁵ vinculado ao Minha Casa, Minha Vida Entidades⁶, localizado na Rua da Gamboa, e que prevê a construção de moradias para 116 famílias.

³ A ocupação foi removida para a construção das Trump Towers, empreendimentos imobiliários que abrigariam escritórios de advocacia e outros projetos voltados para interesses hegemônicos.

⁴ Segundo Paula Miranda (2017), em 2006 houve a criação de um programa governamental para mapear possíveis terras públicas as quais pudessem ser utilizadas para a produção de habitações de interesse social. No Rio de Janeiro houve uma articulação entre a Caixa Econômica Federal, a Fundação Bento Rubião, a Secretária de Patrimônio da União, a Fiocruz e os movimentos sociais. Estas associações identificaram a Zona Portuária do Rio de Janeiro enquanto um espaço favorável para a construção de moradias de caráter social.

⁵ Sobre a autogestão: “É a própria comunidade gerindo o processo da produção da solução de sua habitação. Falamos do controle em todas as etapas, desde a definição do terreno, do projeto, da equipe técnica que os acompanhará, da forma de construção, compra de materiais, contratação de mão de obra, organização do mutirão, prestação de contas e organização da vida comunitária.” (MINEIRO e RODRIGUES, 2012, p. 21)

⁶ “Programa governamental que atua junto a associações, cooperativas e ONG’s articuladas à problemática da habitação, ao visarem a construção de casas populares mediante a legitimidade constitucional da moradia enquanto direito.” (AZEVEDO, 2017)

Figura 1: Imagem de satélite da área em que se localiza o Projeto de Moradia Social Quilombo da Gamboa



Fonte: (CNES, 2016)

Escala: 1:20.000

Os moradores do Projeto de Moradia Social apresentam algumas ações de organização e formação política e, entre atividades de reforço escolar, leitura, festas e reuniões, organizam oficinas de mapeamento coletivo para refletir sobre o espaço do entorno do terreno onde serão construídos os imóveis do projeto de moradia o qual reivindicam e conseguiram inscrição. Esse movimento de reflexão é chamado de “Mapa das Utopias” e denota, por parte dos movimentos sociais, uma grande habilidade para o reconhecimento da necessidade de equipamentos públicos na área, desde escolas e hospitais, espaços esportivos, de lazer, bibliotecas, etc.

Figura 2: Oficina com os futuros moradores do Quilombo da Gamboa para a construção do Mapa das Utopias



Fonte: elaborado pelo autor

Essa percepção sobre o território demonstrada pelos sem teto só se pratica por conta de uma relação de uso e cotidianidade com aquele espaço (SANTOS, 2007). É sabido que a construção da Zona Portuária do Rio de Janeiro tem uma íntima relação com o caminho de luta percorrido pela população pobre e negra da metrópole, sendo esses homens e mulheres os principais protagonistas do Projeto Quilombo da Gamboa, sujeitos fundamentais na reivindicação do centro enquanto espaço destinado para a moradia e não só para direcionamentos político-administrativos.

Em nossa perspectiva, essas ações parecem formas dos movimentos sociais urbanos do Rio de Janeiro equalizarem suas vozes por um espaço metropolitano em que tenham direito de produzir, consumir e planejar, que seja necessariamente articulado com as suas demandas e denuncie a negligência do Estado e de setores capitalistas com a classe trabalhadora na orientação do planejamento urbano metropolitano.

Milton Santos (1996) propõe, sobre a ontologia do território, a noção de que é preciso promover uma análise que direcione os estudos da base territorial em um sentido de novas apreensões pelos atores sociais, ao reunirem condições herdadas por ações pretéritas para a

construção de possibilidades de futuros possíveis, e a partir dessa condição de espaço herdado, produzido pela historicidade prática dos sujeitos no território, acreditamos na habilidade dos futuros moradores do Quilombo da Gamboa para a realização de novas perspectivas do espaço do centro a partir do Mapa das Utopias.

O resgate à utopia presente na metodologia da tentativa de uma nova possibilidade de construção da cartografia dos espaços centrais da cidade pelos movimentos populares de luta pela moradia também nos remete às contribuições lefebvrianas quando o autor trabalha diversas temporalidades de maneira imbricada: reflete sobre a realidade atual, retorna ao passado – ao reconhecer o espaço enquanto produto histórico – e principalmente projeta a obtenção de futuros possíveis mediante apropriação e produção do espaço, por isso ousa-se propor uma articulação do pensamento de Lefebvre e o Mapa das Utopias, entendendo a reivindicação de políticas públicas e projeção de novos mapas do centro da cidade enquanto representação mais concreta da prática revolucionária do campo da luta urbana, demonstrando clara possibilidade de

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AZEVEDO, Felipe T. Rodrigues de; CUNHA, Andréia Ribeiro. **É só mais um Silva que não tem moradia: A Ocupação Quilombo das Guerreiras na luta contra as remoções e a questão habitacional na cidade do Rio de Janeiro**. In: ARRUZO, Roberta Carvalho; OLIVEIRA, Anita Loureiro de. (Organizadoras) *Geografia e Resistências: Imaginários, discursos e práticas no território fluminense*. Rio de Janeiro: Entorno, 2015. p. 3-14

BRENNER, Neil. Tesis sobre la urbanización planetária. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, nº. 243, p. 38-66, 2013.

_____. Reestruturação, reescalonamento e a questão urbana. **GEOUSP: espaço e tempo**. São Paulo, nº 33, 2013, p. 198-220.

HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014, p. 9-24 (Prefácio : A visão de Henri Lefebvre).

LEFEBVRE, Henri. Quand la ville se perd dans la métamorphose planétaire. In: **Le Monde Diplomatique**. Paris, Nº 3, février 2004, p. 21- 23. (Texto traduzido por Sandra Lencioni. *Quando a cidade se perde na metamorfose planetária*).

_____. **O direito à cidade**. São Paulo, 2001, p. 103-117; 141-145.

_____. **Espaço e Política**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2008, p. 36-57; 119-157).

_____. Prefácio: A Produção do Espaço. **Estudos avançados**, v. 27, n. 79, p. 123-132, 2013.

LENCIONI, Sandra. Totalidad y e tríades: comprendiendo el pensamiento de Léfebvre. In: Mattos, Carlos de; Link, Felipe. (Org.). **Lefebvre revisitado: capitalismo, vida cotidiana y el derecho a la ciudad**. Santiago (Chile): RIL Editores, 2015, p. 57-77.

MINEIRO, Edilson Henrique; RODRIGUES, Evaniza. **Do Crédito Solidário ao MCMV Entidades: uma história em construção** In: LAGO, Luciana Corrêa (organizadora). Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições. São Paulo: Letra Capital, 2012. p. 19-48.

MIRANDA, Paula Menezes Salles de. **Moradia e autogestão no Quilombo da Gamboa: Espaço, projetos e contradições**. 2017. 151 f. Dissertação (Mestrado). Prourb, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MOREIRA, Mariana Fernandes. **“Um palacete assobradado”: da reconstrução do lar (materialmente) à reconstrução da ideia de “lar” em uma ocupação sem teto no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2011. (Dissertação de mestrado).

RAMOS, Tatiana Tramontani. Heterotopias urbanas: espaços de poder e estratégias sócio-espaciais dos sem teto no Rio de Janeiro. **Polis**. Revista Latinoamericana, n. 27, 2010.

_____. **As barricadas do hiperpreariado urbano: das transformações no mundo do trabalho à dinâmica sócio-espacial do movimento dos sem teto no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2012. (Tese de doutorado)

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 1978.

_____. **A natureza do espaço: tempo e técnica, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Espaço do Cidadão**. Vol. 8. Edusp, 2007.

SOJA, Edward. Para além da post-metropolis. In **Revista UFMG**. Belo Horizonte, v. 20, nº1, p.136-167, 2016.

SOUZA, Marcelo Lopes de; RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.